

VII Cinform

OS FRBR E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

NAIRA C. SILVEIRA*

naira_csilveira@yahoo.com.br

O controle bibliográfico considerado como uma realização isolada, até 1961, ganha novos ares a partir de 1960 e 1970 com os Princípios de Paris, o MARC, as ISBDs e, recentemente, os FRBR, revelando assim uma preocupação com a padronização internacional. Entre esses modelos, criados com a finalidade de padronizar os registros universalmente, os FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*) se mostram promissores. Trata-se de um modelo conceitual, que servirá como uma base para a elaboração de regras da descrição bibliográfica, que se baseiam nas tarefas realizadas pelos usuários (encontrar, identificar, selecionar e obter). O presente trabalho visa apresentar os antecedentes dos FRBR e algumas questões sobre as alterações geradas na representação do conhecimento. O documento é representado também em seus aspectos abstratos, como no caso das entidades “Obra” e “Expressão”, apresentadas no modelo. A recuperação da informação mostra-se mais eficaz ao usuário.

Palavras-chave: Controle bibliográfico universal; FRBR; Representação da informação; Representação descritiva.

* Mestranda em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos.

1 INTRODUÇÃO

Devido às pressões econômicas, cada vez mais as instituições optam pela catalogação em nível simplificado, ou nível mínimo, reduzindo assim os custos da catalogação. A preocupação com a elaboração de registros bibliográficos que minimizassem os custos da catalogação resultou em um crescimento da catalogação cooperativa, conseqüentemente, a necessidade de um consenso sobre a composição do registro ficou evidente. A pretensão de criar registros compatíveis com a realidade econômica (reduzir os custos de catalogação), com as necessidades dos usuários, com a diversidade de suportes da informação e aos vários contextos de utilização dos registros bibliográficos, serviu como pano de fundo para a realização do Seminário sobre Registros Bibliográficos, ocorrido em Estocolmo em 1990. Uma das resoluções desse Seminário estabelecia a formação de um grupo de estudos para definir os requisitos funcionais para os registros bibliográficos. O objetivo era fornecer um entendimento claro e compartilhado sobre o que os registros bibliográficos deveriam prover de informações, recomendando assim um nível básico de funcionalidade e requisitos básicos para a elaboração dos registros. Em 1997, o grupo de estudos apresentou seu relatório final na 63ª Conferência Geral da IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions* - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), publicado posteriormente em 1998 com o título de *FRBR: final report* (IFLA, 1998).

Dois objetivos principais nortearam o estudo sobre os FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records* – Requisitos Bibliográficos para Registro Bibliográfico). O primeiro foi proporcionar um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar os dados contidos nos registros bibliográficos com as necessidades dos usuários desses registros. O segundo foi recomendar um nível básico de funcionalidade dos registros bibliográficos criados pelas agências bibliográficas nacionais (IFLA, 1998, p. 7).

Os FRBR não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos, apresentadas nas ISBDs e em outros documentos normativos, trata-se de um modelo conceitual que apresenta as entidades, os atributos e os relacionamentos necessários aos registros bibliográficos.

O estabelecimento dos requisitos necessários aos registros bibliográficos teve como base as tarefas genéricas realizadas pelos usuários: encontrar, identificar, selecionar e obter. Sendo, **encontrar** entidades que correspondam ao critério de busca estabelecido pelo usuário, ou seja, localizar uma entidade ou um conjunto de entidades, através de um atributo ou de um relacionamento. **Identificar** uma entidade permite ao usuário confirmar se encontrou aquilo que procurava, distinguindo entre duas ou mais entidades com características similares. **Selecionar** uma entidade adequada às necessidades do usuário, isto é, escolher uma entidade que atenda as especificações do usuário quanto ao conteúdo, formato físico, etc. ou à rejeição de uma entidade que não atenda suas necessidades. **Obter** uma entidade permite ao usuário adquirir a entidade descrita, seja através de uma compra, um empréstimo ou através do acesso eletrônico remoto (IFLA, 1998).

Antes de adentrar nos FRBR propriamente dito, percorreremos os eventos, situações e os meios de padronização internacional do universo bibliográfico, que antecederam e contextualizaram o desenvolvimento dos FRBR.

2 O CONTROLE BIBLIOGRÁFICO

Embora o termo “controle bibliográfico universal” (CBU) tenha sido formalmente usado a partir da década de 1970, ele não é novo na Biblioteconomia e tem acompanhado o trabalho daqueles que buscam organizar o conhecimento. Até então, as tentativas de controle bibliográfico eram desestruturadas, decorrentes de iniciativas individuais e voluntárias, caracterizando a falta de planejamento e padronização. Durante algum tempo os catálogos das bibliotecas eram os únicos instrumentos para o controle bibliográfico. Mas, com a invenção da imprensa e o grande volume de livros, aliado ao crescimento de periódicos científicos e às novas formas de registros, o catálogo da biblioteca não permitia mais o controle de toda a informação produzida. Com a diversidade no suporte da informação e o seu grande volume “fez emergir novas questões e tornou mais complexo o controle da produção intelectual. A consequência natural foi a institucionalização do controle bibliográfico” (CAMPELLO, 2006, p. 9-12).

A Conferência de Paris (1961) foi o primeiro evento internacional que estabeleceu a normalização internacional de alguns elementos bibliográficos, congregando representantes

de 53 países que se reuniram para discutir as formas da descrição bibliográfica. Dessa reunião resultou um conjunto de princípios para a catalogação, conhecido como Princípios de Paris. Também nos anos de 1960, nos Estados Unidos, a *Library of Congress* (LC) desenvolveu o formato MARC (*MACHine READble Cataloguing*), possibilitando o intercâmbio de dados entre sistemas. Esse formato estabeleceu apenas o padrão na entrada de dados bibliográficos em um computador, e não o gerenciamento computacional dessas informações. O MARC não normalizava os elementos da catalogação, mas sim, ajustava os recursos tecnológicos da época à catalogação tradicional, servindo como base para outros formatos, inclusive para o formato internacional UNIMARC (MEY, 1995, p. 27).

Um segundo evento importante teve início na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação, ocorrida em Copenhague (1969), quando se definiram as bases para um sistema de intercâmbio internacional de informação. Os padrões estabelecidos em Copenhague concretizaram-se em 1971 com a publicação da primeira ISBD (*International Standard Bibliographic Description*) para Monografias, conhecida como ISBD(M) (IFLA, 1998). A ISBD representou o acordo na padronização internacional, “todos os países se dispuseram a usá-la [...]” (MEY, 1995, p. 29).

Com os Princípios de Paris e as ISBDs vários países desenvolveram seus códigos de catalogação, seguindo as bases estabelecidas internacionalmente. Esses códigos padronizavam os elementos descritivos e o MARC permitia sua entrada no computador, a fusão de ambos permitiu a catalogação cooperativa, viabilizando o intercâmbio de dados.

A UNESCO, em 1972, criou o Sistema Internacional de Informação para a Ciência e Tecnologia (UNISIST) “com a finalidade de promover a coordenação de ações de cooperação no campo da informação científica e tecnológica [...] cuja meta seria a livre circulação da informação em ciência e tecnologia” (CAMPELLO, 2006, p. 12).

Para alcançar os objetivos do UNISIST, preconizava-se que o intercâmbio de informações e de dados entre os sistemas dependeria da colaboração regional e nacional, resultando na cooperação internacional de informações. Dois fatores influenciaram a criação do UNISIST, e conseqüentemente também a dos demais programas. O primeiro, corresponde à preocupação sobre a criação não-coordenada de sistemas mecanizados de tratamento da informação, essa preocupação conduziu ao desenvolvimento de sistemas unificados e coordenados que possibilitariam a transferência, permuta ou cooperação de

informações acumuladas entre sistemas diferentes, sem perda de dados. E, o segundo, se refere à constatação dos benefícios que a cooperação entre sistemas proporciona, desde econômicos a temporais. Assim, o UNISIST é considerado a “[...] primeira resposta ao desafio imposto pela ‘explosão da informação’ ao mundo científico [...]” (MELO, 1981, p. 15, 24-27).

O movimento para o controle bibliográfico em âmbito internacional cresceu, e, em 1974 foi criado o *Internacional Office for UBC (Universal Bibliographic Control)*, da IFLA, formalizando assim o conceito de “controle bibliográfico universal”. Também em 1974, a UNESCO lançou o Programa *National Documentation, Library and Archives Infrastructures* (NATIS), que pretendia oferecer aos países meios de desenvolver políticas para um sistema de bibliotecas, arquivos e documentação, argumentando que tais infraestruturas serviriam para apoiar os planos de desenvolvimento econômicos e sociais de cada país. Em 1977 o NATIS se fundiu com o UNISIST, resultando no Programa Geral de Informação (PGI), que focalizava “[...] questões voltadas para o acesso à informação, treinamento de profissionais da informação e aspectos éticos da informação” (CAMPELLO, 2006, p. 12).

A UNESCO, juntamente com a IFLA em 1977, propôs diretrizes para o programa denominado Controle Bibliográfico Universal (CBU), “cujo objetivo era reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando assim o ideal do acesso de todos os cidadãos ao conjunto do conhecimento universal” (CAMPELLO, 2006, p. 12).

Atualmente o CBU, liderado pela IFLA, está acoplado ao International MARC, com o nome de Universal Bibliographic Control and International MARC (UBCIM), o que reflete a importância fundamental da padronização bibliográfica para os objetivos da CBU, uma vez que esse programa está direcionado para a coordenação do desenvolvimento de sistemas e normas para o controle bibliográfico (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 5).

“Em sentido amplo, o controle bibliográfico pressupõem um domínio completo sobre os materiais que registram o conhecimento, objetivando sua identificação, localização e obtenção” (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 7). Para Shera¹ (1975 apud

¹ SHERA, Jesse H. Bibliographic management. In: BRENNI, V. (ed). *Essays on bibliography*. Metuchen, N. J.: Sacarecrow, 1975. p. 167-175.

CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 7-8) o controle bibliográfico seria um instrumento de ‘sistema de comunicação gráfica’, tendo como objetivo extrair, “do conjunto de registros do conhecimento, aquelas porções relevantes para uma atividade em particular, com maior rapidez e economia”.

Dois conceitos estão incorporados ao controle bibliográfico, o de acessibilidade bibliográfica e o de acessibilidade física. A acessibilidade bibliográfica está relacionada à identificação de um documento, sendo a bibliografia nacional o instrumento responsável pela acessibilidade bibliográfica. A acessibilidade física está relacionada à localização e a obtenção de um documento propriamente dito, sendo a biblioteca nacional o instrumento responsável pela preservação de toda a produção intelectual nacional, portanto possibilitaria sua acessibilidade física (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, P. 8-9).

A importância do controle bibliográfico ultrapassa a função de armazenamento de documentos, ele incorpora o acesso ao documento que contenha a informação desejada pelo usuário. Envolve a preocupação da organização da informação para o seu uso, por todas as pessoas de qualquer nacionalidade ou localização geográfica. Do mesmo modo que permite a preservação da memória documentária de uma nação, aproxima-a de outras, formando uma enorme memória coletiva universal, sem tirar a responsabilidade e o mérito de cada país organizar e conservar sua própria produção intelectual.

Diante do ideal de controle bibliográfico universal, iniciado com a Conferência de Paris em 1961, vários eventos e estudos foram realizados. A preocupação na geração de registros que agregassem as necessidades econômicas, as dos usuários, as dos vários tipos de materiais e aos vários contextos em que são utilizados os registros bibliográficos, serviu como pano de fundo para Seminário sobre Registros Bibliográficos, ocorrido em Estocolmo em 1990, patrocinado pelo Programa de Controle Bibliográfico Universal e MARC Internacional (UBCIM - *Universal Bibliographic Control and International MARC*) e pela Divisão de Controle Bibliográfico (*Division of Bibliographic Control*), ambos da IFLA. Seguindo uma das resoluções desse Seminário, formou-se um grupo de estudos com o objetivo de fornecer um entendimento claro e compartilhado sobre o que os registros bibliográficos deveriam prover de informações, recomendando assim um nível básico de funcionalidade e requisitos básicos para a elaboração dos registros. Em 1998, o

relatório final desse grupo de estudos foi publicado pela IFLA com o título de *FRBR: final report* (IFLA, 1998).

O registro bibliográfico é a descrição das características de um documento, permitindo sua identificação e recuperação. A elaboração dos registros deve seguir normas internacionais para permitir o compartilhamento de dados bibliográficos. Os FRBR são um modelo conceitual, que busca um entendimento conceitual nos registros bibliográficos dos documentos entre os países, fornecendo assim “[...] um nível básico de funcionalidade para os registros criados pelas agências bibliográficas nacionais” (CAMPELLO, 2006, p. 57-61). Eles não se restringem aos elementos descritivos, englobam todos os elementos que compõem um registro bibliográfico.

3. OS FRBR

3.1 MODELO CONCEITUAL

Os FRBR são um modelo conceitual, porque representam e descrevem simplificada e o universo bibliográfico em nível teórico, servindo como base para implementação sistemas ou bases de dados bibliográficas. Os FRBR são um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento (E-R), que é uma técnica utilizada para especificar as estruturas de um modelo conceitual. Peter Chen² introduziu o modelo E-R para facilitar o desenvolvimento de sistemas de base de dados, o modelo E-R possui três elementos: as entidades, os atributos e os relacionamentos (CARLYLE, 2006, p. 265-266).

Os FRBR apresentam dez entidades (divididas em três grupos), os atributos e as relações existentes entre as entidades, explanadas a seguir, conforme apresentados nos FRBR (IFLA, 1998).

² CHEN, Peter P. The Entity-Relationship Model – Toward a unified of data. *ACM transactions on Database Systems*, n. 1, p. 9-36, 1976.

3.1.1 AS ENTIDADES

As entidades são vistas como objeto-chave que interessam ao usuário do registro bibliográfico, sendo divididas em três grupos:

- **Grupo 1 – produtos de trabalho intelectual ou artístico:** Obra, Expressão, Manifestação e Item.
- **Grupo 2 – responsável pelo conteúdo, produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo:** Pessoa e Entidade Coletiva.
- **Grupo 3 – servem como assuntos de uma obra:** Conceito, Objeto, Evento e Lugar.

O grupo 1 é composto pelas entidades descritas nos registros bibliográficos, a seguir uma definição de tais entidades:

Obra – trata-se de uma entidade abstrata. Reconhecemos a *obra* através das realizações individuais ou *expressões* da obra, mas a *obra* propriamente existe apenas no conteúdo em comum de suas várias *expressões*. Quando se fala da *Iliada* de Homero como uma *obra*, o ponto de referência não é uma narração ou texto específico da *obra*, mas a criação intelectual presente nas várias *expressões* de uma *obra*. Modificações de uma obra são consideradas como novas *expressões*. Quando a modificação de uma obra envolve um esforço intelectual a obra passa a ser considerada uma *nova obra*. Paráfrases, reescritos, adaptações para crianças, paródias, variações musicais sobre um tema e transcrições livres de uma composição musical são consideradas novas *obras*.

Expressão – é a realização intelectual ou artística de uma *obra*, sob forma alfanumérica, musical, ou de notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento etc., ou qualquer combinação de tais formas. Uma *expressão* é a forma intelectual ou artística específica que assume uma *obra* a cada vez em que é “realizada”. Qualquer mudança no conteúdo intelectual ou artístico constitui mudança na *expressão*. A *expressão* de uma obra é materializada através de outra entidade, a *manifestação*.

Manifestação – representa todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto de conteúdo intelectual como de forma física. A entidade definida

como *manifestação* abrange um amplo leque de materiais, incluindo manuscritos, livros, periódicos, mapas, cartazes, registros sonoros, filmes, vídeos, CD-ROMs, kits de multimídia etc., pode ser considerada o suporte físico de uma *expressão* ou *obra*.

3.1.2 OS ATRIBUTOS

Cada Entidade definida nos FRBR são associadas a um conjunto de características ou atributos. Os atributos constituem o meio pelo qual os usuários formularam suas perguntas e interpretam as respostas quando buscam por uma informação. Os atributos se dividem em duas categorias, os inerentes e os externos à entidade. Na primeira estão as características físicas e as informações obtidas diretamente no documento, por exemplo, o tipo do suporte físico e as informações contidas na página de rosto. Na segunda estão as características não contidas no documento, como por exemplo, o número no catálogo temático. Geralmente, os atributos inerentes são aqueles determinados através do exame da própria entidade e os externos aqueles que requerem uma fonte externa, uma referência.

3.1.3 OS RELACIONAMENTOS

No contexto do modelo, as relações são utilizadas como um veículo para estabelecer o vínculo entre uma entidade e outra, assim como um meio para ajudar o usuário “navegar” pelo universo representado em uma bibliografia, um catálogo ou uma base de dados bibliográfica. Normalmente, o usuário formula uma pergunta utilizando um ou mais atributos da entidade que procura, através desses atributos ele encontra a entidade. As relações refletidas no registro bibliográfico proporcionam uma informação adicional ao usuário, ajudando-o a estabelecer conexões entre a entidade encontrada e outras entidades relacionadas com a mesma.

3.2 OUTROS MODELOS NA CATALOGAÇÃO

Segundo Carlyle (2006, p. 267-268; 271-272), os FRBR são uma continuação e uma extensão natural dos modelos usados por séculos na catalogação, revelando a forma como a

comunidade catalogadora via a obra (o documento) a ser catalogada. Assim, para entender as entidades do grupo 1 dos FRBR é necessário recorrer à história da catalogação visualizando a evolução de seus modelos, são eles:

- Modelo de uma entidade (One-Entity Model) – os catálogos eram listas simples, contendo as cópias ou os itens existentes em uma biblioteca específica para inventariar o acervo. A descrição era baseada em uma única entidade, o documento físico, que corresponde ao “item” nos FRBR.
- Modelo de duas entidades (Two-Entity Model) – as bibliotecas cresceram e passaram a adquirir diversas edições de um mesmo livro, com isso, as edições passaram a ser especificadas nos catálogos. Além de inventários, a partir desse período, os catálogos passaram a ser também um sistema de recuperação. Duas entidades eram descritas nos catálogos, a cópia e a edição, sendo a última equivalente a “manifestação” nos FRBR.
- Modelo de três entidades (Three-Entity Model) – em 1936, Julia Pettee propôs que no catálogo fosse identificada uma entidade que ela chamou de “unidade literária” (literary unit), mais ou menos equivalente a “obra” nos FRBR. Com isso, muitos catálogos passaram a utilizar títulos uniformes para reunir documentos portadores do mesmo conteúdo, porém, publicados com títulos diferentes. Com isso os catálogos forneceram três entidades: a cópia, a edição e a “unidade literária”, correspondendo nos FRBR ao item, à manifestação e à obra.
- Modelo de quatro entidades (Four-Entity Model) – em 1959 Patrick Wilson identificou uma unidade que chamou de “texto” (text), sua definição é similar ao conceito de “expressão” nos FRBR, embora muito mais limitada. O modelo passou a se compor pelas quatro entidades, contidas no grupo 1 dos FRBR, obra, expressão, manifestação e item.

A novidade e a diferença dos FRBR, em relação aos outros modelos, está: na identificação e definição de quatro entidades; no reconhecimento da existência de quatro entidades simultâneas, o item representa cada unidade simultaneamente; e, na presença do modelo E-R na catalogação (CARLYLE, 2006, p. 268).

Embora realizado pelas pressões da tecnologia, os FRBR vão além da mera técnica: buscam-se princípios, ou pelo menos critérios lógicos para análise dos componentes do registro bibliográfico [...] deixou-se de lado a ênfase no item, isto é, no suporte físico, exemplar do acervo, “base da descrição bibliográfica” segundo as AACR2, em benefício do conteúdo, ou seja, da obra em si, com sua história e suas inúmeras relações (MEY, 1999, p. 95).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura apresenta a mudança do foco do item para o conteúdo na catalogação, assim como a alteração do foco da catalogação para o usuário, tornando os FRBR um novo paradigma para a área de representação da informação. Além de ser um modelo teórico, diferenciando-se dos Princípios de Paris, MARC ou ISDBs, há uma outra mudança relevante observada nos FRBR, trata-se de seu caráter pró-ativo. Esse caráter se deve ao fato da pretensão de cobrir todo tipo de informação, em qualquer suporte.

As ISBDs surgiam para atender os novos tipos de suportes, a medida que novos suportes surgiam eram desenvolvidas novas normas. Com os FRBR, essa passividade em esperar surgir um novo suporte, para depois resolver o problema de descrição oriundo desse suporte, é substituído pela pró-atividade em resolver os problemas da descrição ainda inexistentes, independente do suporte da informação. Nos FRBR a entidade Manifestação engloba não somente os suportes existentes, mas também busca englobar os que virão, agindo assim de uma forma pró-ativa na representação da informação.

Ao expandir o registro bibliográfico, descrevendo-o em quatro entidades (Modelo de quatro-entidades) amplia-se a representação da informação para seu conteúdo intelectual ou artístico. As entidades *Obra* e *Expressão* são abstratas, materializadas em suas diversas *Manifestações*, o usuário acessará o conteúdo intelectual ou artístico através do *item*. Discute-se muito os limites entre as duas primeiras entidades, mas, de fato, elas são responsáveis pela descrição abstrata da informação, em qualquer suporte.

Muito se discute no mundo sobre os FRBR, mas pouco se discute no Brasil sobre eles. A falta de discussões e estudos sobre os FRBR no Brasil pode ocasionar dificuldades na sua compreensão, ficando a cargo do Brasil, novamente, reproduzir e copiar resoluções

externas para “tentar” solucionar problemas internos referentes, especificamente, às necessidades dos usuários e ao contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, B. S. *Introdução ao controle Bibliográfico*. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

CAMPELLO, B.; MAGALHÃES, M. H. de A. *Introdução ao controle Bibliográfico*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997.

CARLYLE, Allyson. Understanding FRBR as a conceptual model: FRBR and the bibliographic universe. *Library resources & Technical Service*, v. 50, n. 4, p. 264-273, 2006.

IFLA. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional requirements for bibliographic records: final report*. UBCIM Publications - New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <www.ifla.org>. Acesso em: 16 ago. 2006.

MELO, Aristeu Gonçalves de. *O controle bibliográfico no Brasil: uma proposta*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1981.

MEY, Eliane S. A. *Acesso aos registros sonoros: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

MEY, Eliane. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.